

Manifestações populares como forma de combate ao desmonte da Educação no Brasil

Popular manifestations as a way of fighting the dismantling of Education in Brazil

RESUMO

Bárbara Campos Machado Gross Stecca

barbaragstecca@hotmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Simone Aparecida Polli,

simonep@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Conflitos urbanos são elementos de identidade do espaço urbano, não apenas porque são resultados da mobilização popular, mas porque refletem suas insatisfações e a busca por condições ideais e ferramentas para aperfeiçoar a realidade urbana. Este trabalho busca compreender como os conflitos relacionados à Educação, ocorridos em 2018 e 2019, foram a ferramenta encontrada pela sociedade para manifestar a insatisfação no desmonte da Educação e o discurso do governo, base dos ataques direcionados às universidades federais. Também procura identificar quais foram os principais atores, os locais e as tipologias de manifestação utilizadas pelos movimentos organizados. Utilizando o banco de dados relacional denominado MapCon, do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, e uma breve análise do contexto histórico das manifestações no Brasil, o artigo identifica a defesa da Educação pública como pauta de unificação dos mais diversos grupos, bem como a forte presença da articulação das frentes estudantis. Através de organização e da tomada dos espaços públicos, os grupos mobilizados identificam as inconsistências no discurso adotado pelo governo, que pretende desmontar o sistema de ensino superior público das universidades federais.

PALAVRAS-CHAVE: Universidades federais, conflitos urbanos, educação pública.

Recebido: 04 set. 2020.

Aprovado:

Direito autoral: Este trabalho está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

ABSTRACT

Urban conflicts are identity elements for the urban space, not only because they are the results of popular mobilization, but because reflect its dissatisfactions and the seeking for ideal conditions and the tools to perfect urban reality. This work intends to understand how conflicts related to Education, between 2018 and 2019, were the tools found by society to show dissatisfaction on the dismantling of Education and the government's speech, base to the targeted attacks on federal universities. It is also intended to identify what are the actors, the locals and the types of manifestation used by organized movements. Using the data base named MapCon, from the Observatory of Urban Conflicts of Curitiba, and a brief analysis of historic context of Brazil's manifestations, this article identifies the defense of public education as an unifying theme for several groups, as the strong articulation of the student front. Through organization and taking of public spaces, mobilized groups are identifying inconsistencies in the speech adopted by the government, which intends to dismantle the work of federal universities.

KEYWORDS: Public education, urban conflicts, federal universities.

INTRODUÇÃO

Durante o mandato do presidente Michel Temer (MDB), iniciado em agosto de 2016, observam-se os primeiros passos do que mais tarde identificara-se como um plano de desmonte da educação, afetando não apenas o ensino superior, mas a escola pública como um todo, executado através da Emenda Constitucional 95/2016. Na prática, o documento instituiu uma série de limites que afetaram diretamente — mas não apenas — o funcionamento da educação pública (Art. 109, EC 95/2016). O movimento dos estudantes secundaristas — que no Paraná mobilizou mais de 850 unidades educacionais, entre escolas estaduais e institutos federais — representa o início dos protestos contra a então PEC 241; esse movimento, articulado por estudantes entre 14 e 18 anos, marcou o início de diversas manifestações populares, mobilizando os estudantes universitários e culminando na ocupação de 8 *campi* de três universidades públicas (UFPR, UTFPR e FAP-UNESPAR) em Curitiba, e um total de 14 *campi* de universidades federais e estaduais no Paraná (POLLI *et al.*, 2018).

É fundamental refletir sobre a importância dos conflitos urbanos, elementos que compõe todo o espectro social, por meio dos quais ocorrem os fenômenos de unificação popular, e de onde emergem as disputas de discurso; exemplos são os protestos e manifestações acima citados. O conflito urbano, identificado em diversas formas de manifestação, expõe as desigualdades sociais e econômicas tão presentes na cidade contemporânea, mas também colabora com o desenvolvimento das ferramentas necessárias para enfrentá-las (VAINER, 2007).

Deve-se também destacar o papel da educação pública no Brasil. Além de um direito estabelecido na Constituição Federal, é importante compreender que a educação é um complexo processo de aprendizado, socialização, desenvolvimentos éticos e intelectuais (MARTINS, 2001). O caráter público da educação é fundamental quando analisamos suas funções sociais, pois um direito fundamental à formação do indivíduo deve ser oferecido à todas as classes sociais. A formação de profissionais também influencia no mercado de trabalho; uma população mais escolarizada gera profissionais qualificados, fortalecendo a economia (GAMA, 2008). A educação pública é, portanto, direito constitucional, dever do Estado e instrumento de inclusão para que todas as camadas da sociedade ajam como parte efetiva dela.

Estabelece-se então como objetivo deste artigo a análise dos protestos por educação, identificar seus atores, bem como possíveis marcos em sua espacialização, categorizar seu repertório de ação e compreender o papel destas manifestações populares quando inseridas no contexto de ataque às universidades públicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

É importante atentar-se ao fato de que as restrições orçamentárias da EC 95/2016 referentes aos gastos federais tiveram sua implementação apenas no ano de 2018 (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2016). Portanto, é a partir desta determinante que se estabelece o recorte temporal: são analisadas as

manifestações ocorridas durante 2018, período da aplicação da EC, e 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro.

Para construir esta análise, foi utilizado o banco de dados do MapCon (Mapeamento de Conflitos), captação de informações complementares nas principais mídias digitais, consulta à literatura especializada, e o desenvolvimento de tabelas das manifestações populares, alimentadas com os dados do sistema citado, sendo este um banco de dados relacional que, através da coleta de notícias nos meios de comunicação em massa, busca identificar os conflitos urbanos, catalogando e registrando cada um deles com objeto, agentes, repertório de ação, locais de origem e manifestação, desdobramentos e demais conflitos associados (FARIA *et al.*, 2017). O banco de dados é alimentado mensalmente por membros dos grupos de pesquisa de conflitos urbanos da UFPR (Grupo Planejamento e Políticas Públicas) e UTFPR (Grupo Cidades Planejamento e Gestão), e tem como objetivo contribuir para a compreensão de como as manifestações produzem narrativas e novos sentidos aos espaços urbanos, bem como suas relações com a produção da vida cotidiana, do mundo do trabalho, das festas e lutas urbanas (SOUZA; FARIA, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as tabelas desenvolvidas a partir de dados disponibilizados pela organização do MapCon, é possível identificar a reincidência de determinados elementos dentro de cada categoria. Considerando o espaço disponível para a elaboração desta análise, foram selecionadas quatro categorias, permitindo assim uma avaliação mais atenciosa de seus dados; são elas: **objeto de conflito**, **agente instigador**, **agente reclamado** e **repertório de ação**.

O **objeto de conflito** analisado, comum a todos os eventos, possui ramificações que devem ser consideradas, a fim de compreender a complexidade dos ataques sofridos pela Educação. É importante pontuar que, nesta análise, os objetos dos conflitos surgem como resposta às diversas formas de ataque à educação regidas por todas as esferas governamentais. A variedade de objetos é expressiva, mas sempre se identificam similaridades. Para comparação, foram selecionadas notícias dos mesmos períodos de 2018 e 2019 (quadro 1).

Quadro 1: Tabulação própria

Mês	Ano	Título da notícia	Objeto de protesto
Abril	2018	Servidores da UFPR são feitos 'reféns' em protesto no prédio da Reitoria	Direitos trabalhistas
		Reitoria segue ocupada após falta de acordo entre UFPR e manifestantes	Direitos trabalhistas
		Sem acordo, estudantes seguem ocupando prédio da reitoria da UFPR	Direitos trabalhistas
		Estudantes deixam prédio da Reitoria da UFPR após uma semana de ocupação	Direitos trabalhistas
Maio	2019	Estudantes da UFPR promovem manifestação contra o	Cortes orç. federais

	corte de gastos do governo Bolsonaro	
	Bolsonaro é recebido com protesto de milhares de pessoas no Centro Cívico	Cortes orç. federais
	UFPR registra novas manifestações	Cortes orç. federais
	Manifestantes protestam contra corte de verbas de instituições de ensino federal	Cortes orç. federais
	Categorias ligadas à produção paralisam em Curitiba em apoio à educação pública	Cortes orç. federais
	Escola sem Partido tem votação adiada para junho (novo adiamento)	Censura ideológica
	Em meio a protestos de professores e estudantes, Assembleia adia votação de 'escola sem partido' (novo adiamento)	Censura ideológica
	Estudantes repõem faixa arrancada da UFPR em ato pró-Bolsonaro	Censura ideológica

(Fonte: MapCon, 2020)

Os cortes orçamentários sofridos pelas universidades federais destacam-se como objeto de conflito em 38,1% das manifestações (analisadas nos Repertórios de ação), mas é importante associá-los à uma outra espécie de ataque articulada pelo governo Bolsonaro: a desmoralização das universidades públicas. O primeiro Ministro da Educação de Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, iniciou os ataques ao ensino público superior, acusando as universidades de serem palco de doutrinação ideológica, negando a existência e gravidade da ditadura militar de 1964 e defendendo pautas elitistas e gestões militarizadas. Abraham Weintraub, sucessor de Vélez, manteve o discurso de combate à suposta 'ideologia marxista' presente nas instituições federais (LEHER, 2019), além de acusá-las de uma suposta baixa eficiência — e a partir desta afirmação, instaurar os cortes de 30%.

Outra pauta recorrente é a censura ideológica no ambiente acadêmico, característica de projetos como o 'Escola sem partido' — cuja 'nova versão' já tramita na Câmara, dessa vez assinada pela deputada Bia Kicis (PSL/DF). Utilizando-se das mesmas justificativas para sua sustentação, o projeto de lei 246/19 mantém seus posicionamentos mais questionados, mudando poucas palavras, como observar-se no art. 7 do projeto, que assegura aos estudantes o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado, permitindo assim que os pais e responsáveis tenham "ciência do processo pedagógico" e possam "avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola" (SEMIS, 2019). Este trecho do PL demonstra a espécie de censura e monitoramento ideológico que o governo pretende implantar. Em uma das audiências públicas realizadas na ALEP, onde o projeto foi discutido, o representante do Ministério Público do Paraná, Olímpio de Sá Sottomaior, afirmou que a proposta "amordaça e persegue os professores" (BRASIL DE FATO, 2019). Nas diversas sessões em que o projeto foi discutido, estiveram presentes estudantes e professores das redes públicas de ensino posicionando-se contra a

proposta, levando cartazes, faixas e bandeiras com a intenção de pressionar a classe política. Manifestações contra o ‘Escola sem partido’ representam 28,6% das ações realizadas em 2019. Na análise dos Repertórios de ação, essas ações entram na categoria ‘**Manifestação em espaço privado de uso público**’, onde estão contabilizadas manifestações pacíficas realizadas por grupos demais não especificados, como pais de estudantes.

Das categorias de **Agentes Instigadores** relevantes a este estudo, identificam-se:

- (i) Estudantes: estudantes da rede privada e pública, de diferentes níveis de ensino;
- (ii) Sindicatos e associações profissionais: associações sindicais ou não, de representação de categorias ou profissões, bem como centrais sindicais.
- (iii) Comunidade acadêmica: estudantes e docentes de uma mesma instituição, ou não, organizados de maneira unificada.
- (iv) Sociedade como um todo: população em geral, sistema econômico e político, sociedade curitibana, paranaense, brasileira ou mundial.

Figuras 1 e 2: Agentes instigadores



(Fonte: Autoria própria, 2020)

Quando observamos os agentes instigadores — aqueles que organizam, provocam e manifestam em favor de interesses comuns à população —, é indiscutível a presença da comunidade acadêmica. Grupos estudantis se destacam também na organização de manifestações quando o objeto excede a Educação. Nesta análise, sua presença é mais do que esperada, e a expressão dos números é concreta. Em 2018, a comunidade acadêmica representou mais da metade dos agentes instigadores das manifestações cujo objeto era Educação. Em 2019, nota-se que há uma estabilidade na presença dos estudantes como instigadores e uma diminuição da presença da comunidade acadêmica. Esta diminuição, no entanto, não representa a ausência dos acadêmicos, mas o aumento da presença de outros grupos organizados na luta pela educação pública; membros da sociedade unindo-se e agindo ativamente na organização e execução destes movimentos.

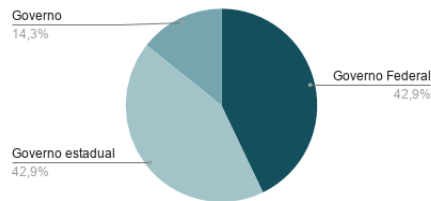
Das categorias de **Agentes reclamados** relevantes a este estudo, identificam-se:

- (i) Governo Municipal: quando uma Prefeitura Municipal, seus órgãos de administração direta ou representantes.
- (ii) Governo Estadual: como o anterior, porém do Governo do Estado do Paraná.
- (iii) Governo Federal: como o anterior, porém do Governo Federal do Brasil.
- (iv) Outros: estão agrupados todos os agentes que não se enquadram nas demais categorias.

Figuras 3 e 4: Agentes reclamados

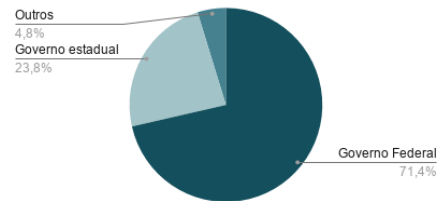
2018 — Agentes reclamados

Total de manifestações: 7



2019 — Agentes reclamados

Total de manifestações: 21



(Fonte: Autoria própria, 2020)

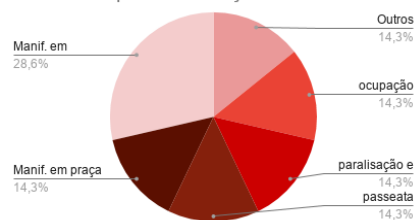
Não é inesperada a forte presença do governo no grupo de agente reclamados, que são aqueles a quem são dirigidas as manifestações organizadas pelo agente instigador. Em 2019, 71,4% dos conflitos tiveram como agente reclamado o governo federal. Este percentual apenas reforça o que já foi demonstrado pelos dados anteriores: as decisões do governo Bolsonaro estão afetando de forma negativa as universidades públicas. No que diz respeito à educação, a reprovação por parte da comunidade acadêmica, contemplando o corpo discente, docente e servidores, se expressa através da presença dessas categorias nos atos e manifestações.

Das categorias de **Repertórios de ação** relevantes a este estudo, identificam-se:

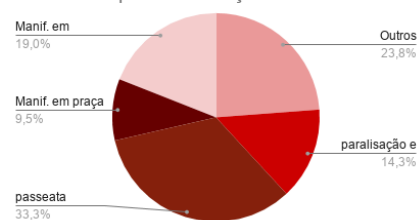
- (i) Paralisação e greve: Paralisações e greves, desde que o objeto da reivindicação seja relativo à infraestrutura, uso e ocupação do solo, serviços ou condições de vida urbanas.
- (ii) Passeata: manifestações caracterizadas por percorrer a pé vias públicas.
- (iii) Manifestação em praça pública: atos, comícios e manifestações realizadas em praças, calçadas, ou parques públicos.
- (iv) Ocupação de prédios ou terrenos: manifestações caracterizadas pela ocupação legal ou não, por qualquer período, de prédios ou terrenos públicos ou privados.
- (v) Manifestação em espaço privado de uso público: manifestações pacíficas realizadas em espaços privados de uso público, como escolas municipais e estaduais, assembleias legislativas, ou quaisquer edifícios que cumpram função pública.
- (vi) Outros: estão agrupadas todas as formas de luta que não se enquadram em categorias específicas.

Figuras 5 e 6: Repertório de ação

2018 — Repertório de ação



2019 — Repertório de ação



(Autoria própria, 2020)

Os números demonstram o aumento expressivo na quantidade de passeatas e manifestações em praça pública entre os anos analisados. Em 2018, as passeatas

representaram 14,3% dos conflitos relacionados à Educação; no ano seguinte, esse valor passa para 33,3%. Representadas especialmente pelas grandes manifestações dos dias 15 e 30 de maio de 2019, organizadas como resposta imediata às já citadas ações tomadas pelo MEC e comandadas pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, instituindo um novo corte de 30% no orçamentos das 63 universidades federais do país — já atingidos pelas restrições da EC 95/2016 —, as passeatas têm como grande característica a ocupação do espaço público. Quando dentro do contexto dos protestos pela Educação compõe-se de grupos diversos, mesclando entidades políticas, movimentos sociais e representantes das mais diversas classes.

Ao analisarmos os **locais** dos conflitos, duas praças de Curitiba destacam-se como cenário para manifestações e protestos, evidenciando o caráter popular das manifestações: a Praça Santos Andrade, lar do Prédio Histórico da UFPR, e a Praça Nossa Senhora de Salete, localizada no Centro Cívico, palco constante de embates violentos, símbolos da truculência policial e da negligência do estado, como assistido no episódio de 29 de abril de 2015. Das manifestações analisadas dentro dos parâmetros estabelecidos, no ano de 2019, 57% delas ocorreram na Praça Santos Andrade, e quando contabilizadas também as ocorridas na Praça Nossa Senhora de Salete e na ALEP, representam dois terços do total. Sabendo que a ALEP tem seu endereço na Praça Nossa Senhora de Salete, diferenciam-se as manifestações realizadas no espaço urbano público — a praça em si — daquelas ocorridas dentro da Assembleia Legislativa, caso das audiências públicas.

CONCLUSÃO

Compreendendo quem são os atores dos conflitos urbanos relacionados à Educação e quais são os objetos específicos analisados neste artigo, observa-se que apesar das numerosas tentativas de diferentes gestões do governo federal de desmoralizar e precarizar não apenas, mas principalmente a educação pública superior, diferentes setores da sociedade se manifestam em sua defesa. A intenção indisfarçada de sucatear o ensino público em favor do interesse privado fica clara quando compreendemos que o acesso à educação pública de qualidade, em ambientes livres de censura e que promovem questionamento e a construção da consciência política não é de interesse do governo Bolsonaro, que se beneficia da desinformação e se constrói sobre um pensamento conservador e dogmático que prega a elitização do conhecimento.

Planos para a mercantilização da educação não são exclusividade do governo Bolsonaro, mas é inegável que durante sua gestão houve um aumento nas ações que pretendem transformar este direito constitucional em mercadoria, e todas essas manifestações são reações aos sucessíveis sucateamentos, cortes orçamentários, calúnias e difamações dos quais é vítima a universidade pública.

O espaço público se torna, então, palco para essa disputa entre discursos: o governo, com desinformação, dados fantasiosos e políticas de contenção sobre as universidades federais, ignorando a importância da pesquisa promovida nessas instituições; e lideranças estudantis, professores, sindicatos mobilizados em defesa da educação pública de qualidade e dos espaços democráticos, onde as discussões e questionamentos formam cidadãos politizados e plurais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Câmara Notícias. Promulgada emenda constitucional do teto dos gastos públicos. 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/505250-promulgada-emenda-constitucional-do-teto-dos-gastos-publicos/>> Acesso em 28 agosto 2020.

BRASIL. Projeto de lei nº 246, de 04 de fevereiro de 2019. O programa escola sem partido, Brasília, Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2019> Acesso em 31 ago. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Lex: Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências, Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm> Acesso em 28 ago. 2020.

BRASIL DE FATO. Projeto do “escola sem partido” tem audiência na Assembleia do Paraná. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2019/04/15/projeto-do-escola-sem-partido-tem-audiencia-na-assembleia-do-parana>> Acesso em 31 ago. 2020.

DIAS, L. A.. **Política e Participação Juvenil**: os ‘caras-pintadas’ e o movimento pelo impeachment. História Agora , v. 1, p. 2, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/8dias_luiz_artigo.pdf> Acesso em: 28 ago. 2020.

FARIA, J. R. V. DE et al. **Protestos por Moradia e Política de Habitação em Curitiba**: lutas por regularização fundiária e produção habitacional. Anais ENANPUR. Anais...2017. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2048>>. Acesso em 30 ago. 2020.

GAMA, C.. **Administração pública**: políticas públicas sobre Educação no Brasil. 2008. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/administracao-publica-politicas-publicas-sobre-a-educacao-no-brasil>> Acesso em 02 set. 2020.

LEHER, R.. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1. ed. rev. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 232 p.

SEMIS, L.. Entenda o “novo” projeto do Escola Sem Partido que tramita na Câmara. Nova Escola. 2019. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/15818/entenda-o-novo-projeto-do-escola-sem-partido-que-tramita-na-camara>> Acesso em 28 ago. 2020.

MARTINS, V.. **Educação na Constituição de 1988**: o artigo 205. DireitoNet, 2001. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/479/Educao-na-Constituicao-de-1988-O-artigo->

[205#:~:text=Diz%20o%20artigo%20%2005%20da,sua%20qualificação%20para%20o%20trabalho](#) > Acesso em 02 set. 2020.

POLLI, S. et al. **Novas insurgências e a luta do movimento “Ocupa Paraná”**. Universidade e sociedade, Brasília, ed. 62, p. 136-147, Junho 2018.

PUJOL, A. F. T.; ROCHA, F. G.; SAMPAIO, F. S.. **Manifestações populares no Brasil atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político. Colóquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 5 maio 2014.

SOUZA, M. V.; FARIA, J. R. V. DE. Observatório de conflitos urbanos de Curitiba: Metodologia de pesquisa, unidade de análise e categorias de interpretação. In: POLLI, S. A. et al. (Eds.). . **Conflitos urbanos em Curitiba**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. p. 21–36.

VAINER, C.. **Visão do Movimento Social, da Universidade e do Governo Federal sobre a Prevenção e Mediação dos Conflitos Urbanos**. In. Palestra proferida no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Ministério das Cidades, 2007.